

AS 14.3.27 COMISSÕES
Em _____
PRESIDENTE



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

ASSE
Protoc
Process
Macedo
Assinatura
001797
04/08/2015
Edu

PROJETO DE LEI Nº 103/15.

A PUBLICAÇÃO
Em _____
PRESIDENTE

INSTITUI MECANISMO DE
INIBIÇÃO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO ESTADO
DE ALAGOAS, ATRAVÉS DE
MULTA CONTRA O AGRESSOR,
EM CASO DE UTILIZAÇÃO DE
SERVIÇOS PRESTADOS PELO
ESTADO.

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre mecanismo de inibição da violência contra a mulher e do ressarcimento ao Estado de Alagoas, por despesas decorrentes de acionamento dos serviços públicos, como: SAMU, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, despesas nos hospitais estaduais, entre outros.

Art. 2º. Fica estabelecido multa contra o agressor, toda vez que os serviços prestados pelo estado forem acionados para atender mulher ameaçada ou vítima de violência.

§ 1º. Responderá pela multa o autor do ato da ameaça ou da violência contra a mulher, que der causa ao acionamento dos serviços prestados por órgãos ou agentes públicos.

§ 2º. O acionamento de serviço público poderá ser solicitado por qualquer pessoa que tiver conhecimento de tal agressão ou ameaça.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

§ 3º. Para efeitos desta Lei, considera-se acionamento de serviço público todo e qualquer deslocamento ou serviço efetuado por agentes e órgãos públicos, abaixo descritos, para providenciar assistência de qualquer natureza à vítima:

I – Serviço de atendimento móvel de urgência;

II - Serviços de identificação e perícia (exame de corpo delito);

III – Serviço de busca e salvamento;

IV – Serviço de policiamento;

V – Serviço de polícia judiciária;

VI – requisição de botão do pânico;

Art. 3º. Considera-se violência contra a mulher, para efeitos desta Lei, os delitos estabelecidos na legislação penal e, em especial, os previstos nos artigos 5º e 7º, da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Art. 4º. A fixação do valor e do procedimento para a aplicação da multa serão definidos pelo Poder Executivo Estadual.


Parágrafo único – Os valores recolhidos através das cobranças de multas referidas nesta Lei, serão revertidos ao Fundo de Combate a Violência Contra Mulher, que será criado pelo Poder Executivo Estadual, fundo que terá a finalidade de criar políticas públicas voltadas à redução da violência contra a mulher.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM
MACEIÓ, ____ DE ____ DE 2015.



JÓ PEREIRA
Deputada Estadual



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

FUNDAMENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº ____/15

O Projeto de Lei, busca combater a violência contra mulher através da aplicação de multa contra o agressor, e revertendo os valores para políticas públicas de combate a violência contra mulher.

É fato que junto a esse esforço de instituições internacionais, o que jogou papel efetivo no processo dos avanços desses mecanismos foram a pujante mobilização das mulheres por seus direitos e a evolução da política social.

O reflexo em nosso país deu-se através da rearticulação do movimento das mulheres. São reativadas e criadas variadas entidades organizativas, o reconhecimento oficial das desigualdades entre homens e mulheres e, a ratificação em 1984, pelo Brasil, da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher, combate às discriminações em todos os campos: trabalho, poder, saúde e violência.

A violência é a maior preocupação do conjunto dos setores progressistas e das entidades feministas: o lar é o lugar mais inseguro para a mulher. O amor, suprimido por ciúmes doentios, fruto de uma formação inconsequente e machista, tornou-se símbolo do assassinato de centenas de meninas e mulheres.

Diante de um quadro dantesco, a violência campeando, sem as formulações de políticas públicas para enfrentar o problema, tornou-se necessário que o enfrentamento à violência contra a mulher fosse tratado como uma questão de Estado, reforçado, posteriormente, com a "Lei Maria da Penha".

Portanto, a impunidade não deve ser a regra. Temos que aperfeiçoar e elaborar leis que punam com rigor àqueles que cometem atos violentos e bárbaros contra um segmento que caracteriza por ser o maior contingente populacional do planeta e do país, que vai se revelando, apesar da situação de desigualdade salarial, uma força de trabalho formidável e admirável, e pela sua condição de oprimida que já perdura por milênios.



ESTADO DE ALAGOAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL

GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
ALAGOAS, MACEIÓ, EM ____ DE ____ DE 2015.**


JÓ PEREIRA

Deputada Estadual